



Mandado de segurança é nova tentativa de CPI no Supremo



Gerardo Menezes/Agência Senado

Comissão parlamentar mista de inquérito insiste em obter acesso aos depoimentos que Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, prestou à Justiça em acordo de delação premiada

Deve ficar pronto hoje o mandado de segurança elaborado pela Advocacia do Senado a pedido da CPI mista que investiga casos de corrupção na Petrobras.

A CPI havia solicitado ao

Supremo Tribunal Federal acesso à íntegra do depoimento de Costa, mas a solicitação foi recusada pelo relator do processo, ministro Teori Zavascki, sob alegação de que os dados estariam protegidos por sigilo da lei. **3**

Vital do Rêgo (C), presidente da CPI mista, ouve integrantes da comissão na audiência em que Costa manteve-se calado, em setembro

LDO 2015 será votada depois das eleições 3

Portal ensina câmaras a criarem sites próprios 2



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ideias apresentadas a Ilana Trombka e Humberto Lucena trataram de comunicação, capacitação profissional e projetos socioambientais

Diretoria-Geral ouve sugestões de servidores

A Diretoria-Geral do Senado fez segunda-feira a primeira edição do Programa Manhã de Ideias. A iniciativa tem o objetivo de aproxi-

mar a direção da Casa dos servidores por meio de um canal direto de comunicação. Cada servidor teve 15 minutos para fazer sugestões. **2**



Moneira Maniz/Agência Senado

Fleury quer aprovação rápida da Lei Brasileira da Inclusão

Senador exige mais dignidade para as pessoas com deficiência

“Sempre digo a quem vem conversar comigo que passe um dia na cadeira de rodas”, disse o senador Fleury em entrevista ao **Jornal do Senado** sobre a luta pelo respeito às pessoas com mobilidade reduzida. **4**

15 de outubro

dia do **consumo consciente**



Fazer sua parte é ter a consciência limpa

Somos responsáveis pelos impactos ambientais, socioeconômicos e políticos dos nossos hábitos de consumo.

Por isso, repense, reutilize, recicle, economize.



Diretoria-Geral fez na segunda-feira a primeira reunião do Programa Manhã de Ideias, que tem o objetivo de coletar sugestões para a melhoria da Casa. Próximo encontro será no fim deste mês

Servidores dão ideias para administração do Senado

A PRIMEIRA EDIÇÃO do Programa Manhã de Ideias, promovido pela Diretoria-Geral do Senado, aconteceu anteontem. Cada servidor inscrito teve 15 minutos para apresentar sugestões para a melhoria do funcionamento da Casa.

O programa tem como intuito aproximar a direção da Casa do corpo de servidores, por meio de um canal direto de comunicação. Em reunião com a Diretoria-Geral, os funcionários podem apresentar ideias sem a necessidade de elaborar projetos ou planilhas.

Os assuntos abordados no primeiro encontro foram bastante diversificados. Oito servidores propuseram melhorias que abrangem de gestão de pessoas até a estrutura do Senado. As principais

questões expostas envolveram comunicação, capacitação profissional e projetos socioambientais.

— As ideias foram boas e, em sua maioria, de fácil implementação. O olhar dos funcionários com relação ao funcionamento da Casa é diferente e há uma necessidade de nós (da Dger) enxergarmos outros pontos de vista — afirmou a diretora-geral-adjunta de Gestão, Ilana Trombka.

A assessora parlamentar Sarita Pereira, lotada no gabinete da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), foi uma das pessoas que deram sugestões. Ela propôs a volta do ônibus que fazia a rota Rodoviária-Senado gratuitamente para os servidores, que foi desativado há cerca de um ano.

— É muito válido que a gente

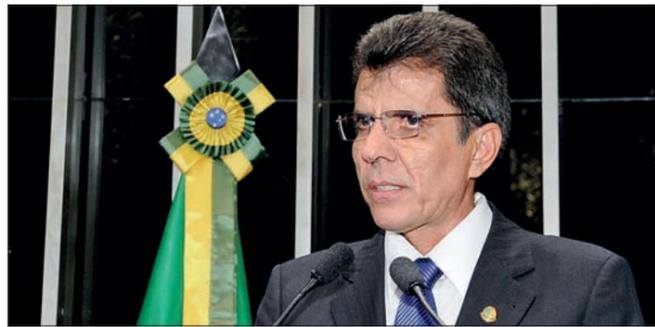
possa ter esse contato com a diretoria para melhorar as condições de trabalho dos funcionários do Senado — avaliou Sarita.

Já o servidor Aires Neves, diretor da Secretaria de Controle Interno, sugeriu o fim do cargo de chefe de gabinete. De acordo com ele, essa nomenclatura interfere na vaidade dos funcionários. O cargo sendo extinto, o secretário-executivo do gabinete, servidor da Casa, seria responsável pela articulação nas comissões e pelos processos administrativos, enquanto o servidor comissionado seria o “coordenador político do mandato”, cuidando da articulação política.

— A ideia é a palavra “chefe” desaparecer. Seriam funções adequadas às capacitações — disse Aires.

Sobre colocar as ideias em prática, a diretora-geral-adjunta afirmou que a viabilidade pode ser de curto, médio ou longo prazo. Algumas propostas envolvem outros setores e devem ser discutidas para além da Diretoria-Geral.

O próximo encontro será no dia 28. Quem quiser participar deve enviar mensagem para manhadeideias@senado.leg.br, mencionando nome, lotação e matrícula, para agendamento do horário, que será confirmado por e-mail.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Kaká destaca que avanços nos direitos dos jovens não aumenta participação

Kaká Andrade pede a jovem eleitor que compareça às urnas no 2º turno

O Brasil precisa de mais jovens na política, disse Kaká Andrade (PDT-SE), ao lembrar que pessoas de 16 a 33 anos de idade compõem 33% do eleitorado, ou 45 milhões de eleitores. Porém, apenas 14% dos candidatos tinham até 33 anos.

O senador citou pesquisas que apontam para o descrédito dos jovens na política, como a que revela que 59% deles acham que seria melhor se não houvesse partidos, 75% não confiam nos parlamentares, 35% não confiam na Presidência da República e 59% não confiam na Justiça. Apenas 2% identificam o Estado como meio de melhorar suas vidas. Apesar desses números, Kaká disse que as pesquisas mostram também

que 80% reconhecem o papel determinante da política no cotidiano nacional e 70% acreditam que o voto pode transformar o país.

Mesmo reconhecendo que a política tem se preocupado com a juventude — com a formação da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude e com a aprovação do Estatuto da Juventude —, o senador pediu que os políticos falem a linguagem dos jovens.

— É vital para a democracia brasileira que a juventude se engaje, discuta e participe. Convoco, portanto, os 45 milhões de jovens eleitores a darem o primeiro passo e comparecerem maciçamente às urnas no próximo dia 26 e a exercerem o seu direito — convocou o senador.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 17h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CCT Banda Larga

8h Debate sobre o Programa Nacional de Banda Larga, com representantes da empresa Visiona Tecnologia Espacial.

PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ilana Trombka e Humberto Lucena, da Diretoria-Geral, ouvem sugestão de servidor

Portal-modelo para câmaras oferece TV e rádio

O Programa Interlegis, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão do Senado, desenvolveu e está oferecendo a todas as câmaras municipais do país um portal para internet que possibilita TV e rádio legislativas. A ferramenta vai permitir transmissões ao vivo de sessões plenárias, mesmo sem equipamentos profissionais.

O portal-modelo possibilita que as casas legislativas municipais criem e publiquem

os próprios sites de forma autônoma e sem a necessidade de contratar serviços especializados. De acordo com estimativa do Interlegis, há 2,8 mil câmaras municipais no país sem página na internet.

A nova versão do portal, com rádio e TV, facilita ainda mais a interação com a população. A operação é simples, podendo ser feita até a partir de um celular, caso a câmara não possua equipamentos mais complexos.

Também é possível disponibilizar galerias de fotos, vídeos e áudios, onde são armazenados os arquivos que a câmara municipal desejar.

As possibilidades que se abrem com a TV e a rádio legislativas na internet são amplas, porque pode-se lançar mão de aplicativos e outras ferramentas gratuitas disponíveis na rede.

Para mais informações, acesse www.interlegis.leg.br/solucaoweb

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Vital do Rêgo entende que comissão pode ter acesso aos depoimentos de ex-diretor da Petrobras depois que Justiça homologou a delação premiada e quer que o STF reavalie decisão de não liberar informações

CPI entrará com mandado de segurança para obter delação

O PRESIDENTE DA CPI Mista da Petrobras, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou ontem que a comissão se prepara para impetrar mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para ter acesso às informações prestadas pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef em processos de delação premiada.

Vital se reuniu com a Advocacia do Senado para tratar da elaboração, em nome da CPI, do mandado de segurança que visa obter informações contidas em todos os processos de delação premiada que tratem de denúncias de desvios na Petrobras. O documento deve ficar pronto hoje.

A CPI mista, formada por senadores e deputados, enviou pedido ao Supremo para acessar a íntegra do depoimento de Costa, cuja delação premiada já foi homologada. A solicitação, no entanto, foi recusada pelo relator do processo, ministro Teori Zavascki, sob alegação de que os dados estariam protegidos por sigilo previsto em lei. De acordo com Zavascki, o acordo de delação premiada só deixa de ser sigiloso assim que a denúncia for recebida pelo Supremo, o que ainda não ocorreu.

Vital do Rêgo, no entanto, entende que a CPI pode ter acesso às informações após a homologação do acordo e quer levar a demanda ao Plenário do STF.

— Essa ordem de segurança é simbólica, pois exigirá do

Supremo Tribunal Federal um posicionamento a respeito do dever constitucional do Poder Judiciário de manter o compartilhamento de informações com um órgão especial como a CPI, que tem poderes especiais resguardados na Constituição federal — disse.

Reuniões

O senador pretendia se reunir com líderes partidários para traçar uma agenda de trabalho para as próximas semanas, mas, como muitos deles estavam em seus estados, envolvidos com o segundo turno das eleições, o presidente da CPI informou que está buscando definir o calendário por meio de contatos telefônicos com os parlamentares.

Os opositoristas querem votar hoje ou amanhã requerimentos com pedidos de convocação do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e

do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato de Souza Duque. Há também a intenção de marcar para o próximo dia 22 o depoimento de Youssef.

O líder do PSDB na Câmara, deputado Antonio Imbassahy (BA), considera essencial que Vaccari e Duque esclareçam se estão envolvidos com esquemas de corrupção na Petrobras, como teria sido denunciado pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa.

— Eles foram apontados como mentores ou partícipes dessa quadrilha que está assaltando a Petrobras. Queremos também ouvir o Cosenza [José Carlos Cosenza, atual diretor de Abastecimento da empresa] e o doleiro Youssef na próxima semana — disse Imbassahy.

Vital advertiu que as reuniões devem ser convocadas com pelo menos 24 horas de antecedência, mas não descartou um encontro na próxima semana.



Vital do Rêgo busca quórum para reuniões da CPI mista na semana que vem

Votação da LDO será feita após o segundo turno

A votação do relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 ficou para depois do segundo turno das eleições presidenciais.

A falta de quórum na Comissão Mista de Orçamento (CMO) ontem voltou a impedir a análise da proposta (PLN 3/2014), que traça as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. A comissão volta a se reunir no dia 28, às 14h30.

Nas últimas semanas, a CMO não tem obtido quórum para abertura dos trabalhos, tanto entre os representantes do Senado quanto da Câmara, pois os parlamentares estão envolvidos no processo eleitoral.

O organograma de tramitação da LDO relativa ao

Orçamento de 2015 previa a votação do projeto orçamentário até o final de junho.

O relator da matéria, Vital do Rêgo (PMDB-PB), ressaltou ontem que seria impossível votar o texto antes do segundo turno das eleições.

O senador lembrou que respeitou os prazos previstos no cronograma de trabalho da comissão e lamentou a dificuldade para concluir o processo de análise das propostas orçamentárias.

— Isso, para nós, é um atestado de profunda incapacidade de gestão. Entreguei o relatório no prazo certo, mas, lamentavelmente, a oposição obstruiu por motivos políticos, que temos de respeitar, e não conseguimos votar — reclamou Vital.

O prazo para apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 só será definido após a votação do relatório preliminar.

De acordo com o documento, cada congressista poderá apresentar até três emendas individuais para integrar a proposta orçamentária de 2015. O texto estabelece que as 15 ações de interesse nacional mais indicadas pelos parlamentares serão acolhidas na versão final.

A Proposta de Lei Orçamentária Anual para o próximo ano (PLOA 2015) também aguarda a análise da CMO. Entregue pelo Executivo ao Congresso no final de agosto, o PLN 13/2014 fixa em R\$ 788,06 o salário mínimo para o próximo ano.

Frente parlamentar vai ampliar debate sobre maconha, diz Malta

Magno Malta (PR-ES) garantiu que vai criar a Frente Parlamentar Mista contra a Legalização das Drogas. A ideia, segundo ele, é aprofundar o debate que está ocorrendo nas audiências públicas para discutir os usos recreativo e medicinal da maconha.

Para ele, a legalização das drogas não é a saída para combater a violência decorrente do tráfico. Um exemplo disso, segundo ele, é a Holanda, que “experimentou o aumento da violência depois que legalizou o uso da maconha”, afirmou o senador.

Magno Malta lembrou que o Brasil hoje é um ponto estratégico do tráfico internacional de drogas, pois faz fronteira com países produ-

tores de maconha e cocaína e tem estrutura que facilita o transporte desses produtos para outros países.

Quanto ao uso medicinal, ele sugeriu que o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) verifiquem os efeitos positivos do canabidiol e editem uma portaria visando liberar a importação para uso de pessoas enfermas.



Para o senador, a legalização das drogas não ajuda a reduzir violência

Ana Amélia manifesta preocupação com produtores de fumo do país

Ana Amélia (PP-RS) lamentou que representantes da indústria e produtores brasileiros de tabaco tenham sido impedidos de participar da sexta sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. O encontro está discutindo, em Moscou, a redução do consumo mundial do produto.

A intenção era opinar sobre a reconversão, mecanismo que vai incentivar os pequenos produtores rurais a mudar a cultura por outra que dê rendimento semelhante.

— É preciso lembrar que, quando a convenção-quadro foi ratificada pelo nosso país, foi assegurado que não seriam adotadas medidas que prejudicassem a produção nem a família dos agricultores.

A senadora explicou que a comitiva brasileira, integrada por parlamentares e representantes de municípios onde há cultivo do tabaco, quer dar a sua contribuição para que a transição de cultura cause menos impacto. Ela pediu que o governo dê apoio aos brasileiros nos debates.

O Brasil é o maior produtor mundial de tabaco, com 160 mil produtores.



Senadora quer apoio para produtor contribuir com debate internacional

Para Casildo, fator previdenciário deve ser tratado com realismo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) advertiu que mudanças no fator previdenciário devem ser tratadas em bases realistas para que sejam corrigidas as perdas dos aposentados sem prejudicar a Previdência Social. Ele lembrou que o fator previdenciário foi criado em 1999, com base em experiência da Suécia, para desestimular a aposentadoria precoce. Como leva em conta a idade e o tempo de sobrevivência do trabalhador, o fator faz com que quem se aposenta mais cedo receba menos porque terá o benefício por mais tempo.

Casildo explicou que uma forma de tratar essa questão é aumentar o valor da aposentadoria, garantindo

que as novas contribuições sejam incluídas nos proventos, por meio da chamada desaposentação.

— A desaposentação é um caminho, sem reprovamos por completo o fator. Podemos trabalhar dentro do fator, mas fazendo justiça aos que ainda, dentro do teto, pretendem voltar a trabalhar porque sentem necessidade disso — afirmou o senador.



Para Casildo, alterações no fator não devem prejudicar a Previdência

Lei Brasileira da Inclusão, respeito às vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e uma melhor mobilidade no Senado estão entre as bandeiras de Fleury

Um soldado na luta pela acessibilidade

Pedro Pincer

Desde que chegou ao Senado, em julho, Fleury (DEM-GO) tem, entre as principais bandeiras, a promoção cada vez maior da acessibilidade e da mobilidade urbana tanto nas ruas dos municípios quanto nas dependências da Casa. O **Jornal do Senado** conversou com o parlamentar, que é cadeirante, a respeito dos projetos dele para a melhora

da acessibilidade. Outros assuntos abordados foram a Lei Brasileira da Inclusão — novo nome do Estatuto da Pessoa com Deficiência — e as iniciativas que ele tomou para que a população da cidade de Quirinópolis (GO), onde mora, passasse a respeitar, de maneira efetiva, as vagas destinadas às pessoas com deficiência.

Acessibilidade na Casa

“Logo que aqui cheguei, fui muito bem recebido pelo presidente Renan Calheiros, que chegou a me nomear um soldado na luta por essa causa da acessibilidade. As minhas reivindicações vêm sendo atendidas e o secretário-geral da Mesa [Luiz Fernando Bandeira] está acompanhando espontaneamente o processo. Nas comissões permanentes, por exemplo, todas as portas passaram a permitir o acesso de cadeiras de rodas. Outra coisa que conseguimos foi uma vaga de estacionamento para pessoas com deficiência na Chapelaria, que é a entrada oficial desta Casa. Era uma falta de respeito muito grande com deficientes e idosos a dificuldade que eles tinham de entrar aqui. A bandeira da acessibilidade é a minha principal luta aqui dentro.”

Questão de dignidade

“Na Câmara, a deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP) já conseguiu. Fiquei impressionado com as mudanças lá. Nós

vamos chegar a esse ponto aqui também. Precisamos que todos os órgãos públicos deem dignidade e acessibilidade às pessoas com deficiência. Sempre digo a quem vem conversar comigo que passe um dia na cadeira de rodas. Tenho certeza de que teríamos muitas rampas construídas e calçadas rebaixadas.”

Poder público

“Essa é uma discussão que deve ter o envolvimento do governo federal, dos estaduais e dos municipais, especialmente destes últimos. As pessoas moram nos municípios. Os prefeitos deveriam padronizar as calçadas, por exemplo. Elas deviam ser antiderrapantes. As prefeituras podiam fazer das calçadas antiderrapantes o símbolo de boa gestão e política pública de inclusão.”

“Respeite”

“O Símbolo Internacional de Acesso sensibiliza a muitos, mas não a todos. O PLS 271/2014 inclui a palavra ‘respeite’ nas vagas destinadas às pessoas com deficiência.



Moreira Menezes/Agência Senado

Para Fleury, o poder público precisa se envolver para efetivar medidas de inclusão

Acho que essa palavra vai doer um pouco em quem resolver parar onde não deve. Acredito que se esse projeto for aprovado, vai ficar uma marca minha aqui. Que o povo leia a frase e efetivamente respeite o público-alvo das vagas. Tomei essa iniciativa, pessoalmente, em Quirinópolis, onde moro. O prefeito me autorizou e, pelo levantamento que fizemos, a quantidade de gente

que ia estacionar e desistiu após ler a frase foi bastante significativa.”

Bicicletas

“Estamos preparando um projeto que dá incentivo fiscal às empresas que venham a financiar a compra de bicicletas para que os funcionários se desloquem para o trabalho. Brasília, especialmente, oferece essa condição. É im-

portante destacar que cada nova bicicleta tira um carro da rua, o que diminui esse trânsito sufocante que temos, que só desgasta ainda mais o trabalhador.”

Lei da Inclusão

“Eu, [o autor do projeto] o senador Paulo Paim (PT-RS) e a deputada Mara Gabrielli [relatora] vínhamos conversando sobre esse tema. O nome Lei Brasileira da Inclusão me parece mais fácil e menos chocante do que o anterior. Fiquei muito sensibilizado com o que li. A deputada, que também é cadeirante, coordenou um trabalho com mais de 1,2 mil pessoas. O texto está vindo para o Senado e espero que seja aprovado o quanto antes. A lei como um todo é altamente favorável às pessoas com deficiência. Seria injusto destacar um ou dois pontos. Posso garantir que será um ganho significativo para essa parcela da população do Brasil.”

Vídeo da entrevista:
<http://bit.ly/acessibilidadeSenado>

Jorge Viana manifesta apoio a artigo de ex-presidente do PSB

Jorge Viana (PT-AC) comentou em Plenário o artigo “O PSB renunciou ao seu futuro”, do ex-presidente do PSB Roberto Amaral. O texto, publicado ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, aborda, de acordo com o senador, princípios essenciais para serem observados na vida pública, bem como para a existência de partidos políticos e para um regramento mínimo de seus filiados.

— Roberto Amaral, um histórico militante da esquerda brasileira, um socialista de 74 anos, ex-presidente do Partido Socialista Brasileiro, escreve um artigo em que põe, com muita clareza, a sua análise sobre a posição do PSB de apoiar o candidato Aécio Neves em detrimento do apoio à presidente Dilma — disse Viana, recomendando a inclusão do artigo nos *Anais do Senado*.

No mesmo discurso, Viana mostrou preocupação com a situação dos agentes da Polícia Federal. Ele fez um apelo para que a Casa Civil e o Ministério da Justiça dialoguem com a categoria, que reivindica melhores salários e condições de trabalho.

Ele também disse esperar que a Medida Provisória 657/2014, editada ontem, que altera a estrutura dos cargos da Polícia Federal, não acirre os conflitos entre agentes e delegados.

A medida provisória dá mais autonomia aos delegados e determina que o ingresso na carreira seja exclusivo para advogados.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Simon: alternância de poder seria boa notícia para o Brasil

Pedro Simon (PMDB-RS) avaliou ontem que uma eventual derrota de Dilma Rousseff na eleição pode ser uma boa notícia para o país e para o partido da presidente, o PT. Ele afirmou que o retorno à oposição representará para a legenda a oportunidade de promover reformas internas depois de 12 anos no governo.

Simon destacou o compromisso de Aécio Neves, do PSDB, de ser o “candidato da mudança”. E espera que Aécio, se eleito, cobre ficha limpa de seus ministros.

— Aécio governará com a nação, governará com os competentes, deverá fazer, digo eu, como Itamar [Franco] fez. Chamar todos os líderes dos partidos e dizer: nós temos que salvar o Brasil, nós temos de ter um plano e uma proposta para somar no Brasil e tirar o Brasil dessa hora triste e infeliz que ele está vivendo.

Entre os fatores de desgaste do PT, Simon citou a distribuição de cargos por critérios políticos e o apoio a réus do mensalão. Disse que o PT foi contra medidas necessárias à estabilização econômica, na época do Plano Real, mas admite que a legenda cresceu na oposição aos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002).

O senador elogiou o ex-presidente Lula, do PT, por ter feito um “governo de estadista”, mantendo a estabilidade econômica. Ressaltou, porém, que no governo Dilma o país atravessa um momento dramático em função dos problemas econômicos e dos casos de corrupção, como o da Petrobras.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Suplicy ressalta eficiência de Dilma no combate à corrupção

Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou ontem os motivos de votar na candidata Dilma Rousseff (PT) para a Presidência da República.

— O governo apura com rigor o principal investigado no caso da Petrobras. Foi demitido por ela, não está sendo jogado para debaixo do tapete — afirmou.

Ele disse confiar na seriedade, determinação e eficiência da presidente no combate à corrupção e apoia as cinco medidas anunciadas pela candidata para punir com rigor os agentes públicos. Entre elas, a de transformar em crime eleitoral a prática de caixa dois e a de criar ações judiciais para confiscar bens adquiridos de forma ilícita.

O senador também disse esperar que o Senado vote ainda este ano a nova Lei das Cooperativas. Ele explicou que a lei em vigor é de 1971, por isso, não contempla adequadamente as novas modalidades surgidas nos últimos anos.

Suplicy afirmou que as mais de 2 mil cooperativas existentes no país são um instrumento importante para a superação das desigualdades econômicas. O Senado já analisa uma proposta, que aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos.

— É fundamental a votação de um novo marco regulatório, de modo a contemplar milhares de empreendimentos econômicos organizados de forma cooperativa que não são reconhecidos legalmente como tal — afirmou o senador.



Waldemir Borretto/Agência Senado